

O LETRAMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA TAPEBA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA INDÍGENA ÍNDIOS TAPEBA

Orientadora: Rossana Regina Guimarães Ramos Henz¹
Autora: Ana Cristina Forte²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar o material pedagógico (livros didáticos) de ensino de língua portuguesa na Escola Indígena Índios Tapeba, no que se refere aos letramentos sociais da comunidade em questão. A escolha pela escola se justifica por ser a pioneira na educação escolar indígena do estado do Ceará, bem como referência no engajamento cultural e social para as demais escolas indígenas da etnia Tapeba. Como fundamentos teóricos, o estudo toma por base o sociointeracionismo que concebe a linguagem essencialmente um ato social pelo qual as pessoas interagem. Os estudos teóricos incluem ainda as concepções de letramento, o ensino de língua portuguesa e aspectos da educação indígena. Dada a natureza do estudo, do ponto de vista metodológico, o artigo é de cunho qualitativo, haja vista o foco em compreender as complexidades entre os aspectos sociais e culturais que envolvem esta investigação. De modo geral, a pesquisa é dividida em quatro etapas principais: contextualização da escola, bem como do ensino de língua portuguesa e do letramento social da comunidade; realização de entrevistas, por meio de questionários, com a comunidade; descrição da estrutura e das atividades do livro didático de língua portuguesa e análise do corpus. Os resultados obtidos revelam que essa escola é um espaço de manutenção da cultura e da ancestralidade Tapeba. Em relação à análise dos livros didáticos e o letramento da comunidade, compreende-se que há aproximações e distanciamentos, tendo em vista as especificidades deste povo.

Palavras-chave: Educação Indígena; Ensino de Língua Portuguesa; Letramento Social.

Introdução

¹ Professora adjunta do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação stricto sensu PROFLETRAS - nos campi de Garanhuns e Mata Norte da Universidade de Pernambuco (UPE) na disciplina de Alfabetização e Letramento e da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP - no Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.

² Doutoranda em Ciências da Linguagem. Pesquisa sobre letramento social na Escola Indígena. anacrisforte2015@gamil.com

A escolha por pesquisar o livro didático³ e o letramento social na escola indígena se deu, inicialmente, por minha formação acadêmica em Letras-Português e especialização em Linguística e o Ensino da Língua Portuguesa, a qual me trouxe a concepção de linguagem como interação social, cuja base versa sobre como os comportamentos linguísticos são relacionados às situações sociais, através de enunciados repletos de sentidos e organizados de acordo com uma variedade linguística. Deste modo, as premissas apresentadas, aliadas à concepção de educação escolar indígena como meio de resistência cultural e identitária dos povos originários (indígenas), me instigaram a realizar uma pesquisa que fosse espaço para o letramento local de uma comunidade indígena, a comunidade Tapeba, a qual situa dentro da aldeia uma escola diferenciada para o seu povo.

Assim sendo, nosso objetivo com essa pesquisa⁴ é analisar o material pedagógico (livros didáticos) de ensino de língua portuguesa na Escola Indígena Índios Tapeba, no que se refere aos letramentos sociais da comunidade em questão. Com os objetivos específicos, buscamos: (1) observar e descrever o que pensa a comunidade indígena em questão sobre o ensino de língua portuguesa e suas relações com o letramento (práticas sociais); (2) levantar questões sobre o letramento nos livros didáticos de língua portuguesa utilizados na escola em questão; (3) comparar as propostas dos livros didáticos com o que diz a comunidade sobre o ensino de língua.

No sentido de fundamentar a pesquisa, direcionamos nosso olhar sobre as concepções de linguagem, que são amplas e fecundas. Uma delas é sobre a aquisição da linguagem, que tem Vygotsky (2008) como um dos principais autores, visto que ele concebe a linguagem como um fenômeno que ocorre do âmbito social para o individual. Ele compreende o processo de internalização como uma reconstrução interna de uma operação externa, na qual a mediação do outro é fundamental para ativar essa internalização.

³ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem: 6º ano. São Paulo: Ed. Moderna, 2022^a / ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem: 7º ano. São Paulo: Ed. Moderna, 2022b. / ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. Se Liga na Língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem: 8º ano. São Paulo: Ed. Moderna, 2022c. / ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. Se Liga na língua: Leitura, Produção de Texto e Linguagem: 9º ano. São Paulo: Ed. Moderna, 2022d.

⁴O LETRAMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE INDÍGENA TAPEBA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA INDÍGENA ÍNDIOS TAPEBA

Para o autor, a função primordial da linguagem é a comunicação, o contato social, tanto para as crianças quanto para os adultos, considerando a fala mais primitiva da criança como uma fala essencialmente social. Vygotsky (2008) afirma que a linguagem se desenvolve por meio da interação com o outro. Dessa maneira, o ser humano se constitui como sujeito e desenvolve funções mentais, tais como o pensamento. Indissociáveis.

É importante ressaltar que abordar práticas de letramento não é apenas uma tarefa de desvendar a leitura e a escrita, ou seja, a tarefa de decodificar e codificar, mas é também desenvolver atividades escolares voltadas aos letramentos¹, ou seja, às práticas sociais, na perspectiva de Street (2013; 2014), Soares (2003; 2020; 2021), Rojo (2009; 2012), entre outros. A consciência de privilegiar o estudo de quais são os meios pelos quais a comunidade localmente situada se apropria dos multiletramentos foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Constitui parte da concepção deste artigo a legislação brasileira (Constituição Federal(1988) , LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e etc.) acerca da educação escolar indígena, através da qual podemos afirmar que a educação escolar indígena é uma modalidade da educação básica que garante aos povos originários, suas comunidades e povos, se manterem vivos por meio de suas históricas e tradições. Assim, são reafirmadas as suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Para ampliação das discussões aqui realizadas, são incluídos aspectos como ensino de língua, ensino de língua em comunidades indígenas (povos originários), utilização de material didático (livros didáticos), bem como os dados colhidos na comunidade. A pesquisa foi realizada na Escola Indígena Índios Tapeba, localizada na comunidade Lagoa dos Tapeba, no município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza.

No ano de 1990, a comunidade local resolveu instituir um modelo de escola comunitária indígena, com um formato diferenciado e direcionado para as crianças da comunidade. A decisão se deu pelos vários atos de preconceitos e discriminações sofridos

pelas crianças indígenas que estudavam nas escolas convencionais, localizadas no entorno da aldeia.

O artigo está organizado em duas seções a seguir: a primeira abordará sobre a percepção de alunos e professores a respeito do livro didático e a segunda sobre a relevância do ensino de língua na escola pesquisada.

O livro didático e as aulas de língua portuguesa em análise por alunos e professores indígenas

Nesta seção, destacamos a análise dos alunos e professores acerca dos livros didáticos utilizados pelos professores da Escola Indígena Índios Tapeba durante o ano letivo de 2023, no que se refere ao ensino de língua portuguesa como componente curricular no Ensino Fundamental e Médio, na perspectiva do que pensa a comunidade Tapeba. Iniciamos observando a fala de um aluno do 6º ano:

Aula de língua portuguesa e livros didáticos:

“Um pouco distante, não muito, da nossa realidade. É ‘paia’, têm coisas que acontecem com indígenas, então, fico pensando sobre ser indígena e acaba esquecendo que já viu um texto sobre indígenas”.

O que gostaria de estudar:

“Às vezes, eu acho que tem pouca aula de cultura, era pra ter mais pelo fato da cultura indígena, que nossa arte, cultura, e só temos uma aula de cultura na sexta-feira, antes do recreio e quase não dá tempo de aprender nada.”

O português é importante:

“Se não souber escrever, muitas pessoas não vão saber entender o que a gente escreveu, pelo fato de ter muita gente mais velha não saberia escrever. Antes não tinha escola e antes os antepassados não podia falar que eram indígena. As aulas de português ajudam a compreender mais a cultura mais geral. “

De antemão, o que se pode inferir dessa fala, e o que confirmaremos à frente, é que o livro didático por si só não dá conta de atender às questões de identidade, representação e contextualização do cotidiano e das práticas sociais da comunidade na perspectiva do

letramento. Por outro lado, percebemos que nesse aluno existe o sentimento de que outros saberes de outras culturas precisam ser conhecidos.

Também podemos destacar sobre a fala do aluno do 6º ano, anteriormente citada, que há um distanciamento da realidade e figura do indígena atual apresentada nos livros didáticos, ainda que traga o tema sobre indígenas. Destaque que podemos reforçar com o que nos mostra Grupioni (2004, p. 489):

Há diferentes imagens, contraditórias entre si, fragmentadas nos manuais escolares. Assim como também são fragmentados os momentos históricos nos quais os índios aparecem. Os livros didáticos produzem a mágica de fazer aparecer e desaparecer os índios na história do Brasil. O que parece mais grave neste procedimento é que, ao jogar os índios no passado, os livros didáticos não preparam os alunos para entenderem a presença dos índios no presente e no futuro. E isto acontece, muito embora, as crianças sejam cotidianamente bombardeadas pelos meios de comunicação com informações sobre os índios hoje. Deste modo, elas não são preparadas para enfrentar uma sociedade pluriétnica, onde os índios, parte de nosso presente e também de nosso futuro, enfrentam problemas que são vivenciados por outras parcelas da sociedade brasileira.

Em complementação às afirmações do autor, vejamos o que diz um dos professores entrevistados:

Os livros didáticos e os demais materiais utilizados na escola indígena lhe ajudam no ensino da cultura de seu povo Tapeba?

“Os livros didáticos não, mas trabalhamos com textos produzidos por nós professores, e produzimos apostilas com histórias do nosso povo, costumes e tradições.”

Tanto para o autor quanto para o aluno e o professor, os livros didáticos não atendem às questões específicas, ao letramento social das comunidades, contudo, a solução é o professor adaptar (complementar) as atividades propostas por meio de materiais próprios para aquele contexto. Porquanto, a mediação e a participação dos professores no processo de formação do conhecimento são indispensáveis, uma vez que o livro deixa de ser uma ferramenta exclusiva e favorável à formação do aluno.

Na concepção de Grupioni (2004, p. 492), “O professor precisa levar para dentro da sala de aula a crítica séria e competente dos livros didáticos e o exercício de convívio na diferença, não só entre membros de sociedades diferentes, mas também entre aqueles que têm origens regionais e culturais diversas”. Podemos inferir, nessa direção, que a invisibilidade vem disfarçada por uma ideologia, na qual o índio “aparece” para o conhecimento de todos, mas não atende a especificidade dos povos indígenas.

O livro didático, as aulas de Língua Portuguesa e Letramento Social da comunidade Tapeba

Iniciamos essa seção com as palavras de Rockwell (1985, p. 15), quando diz que:

Lo importante es interpretar el fenómeno estudiado a partir de sus relaciones con el contexto social más amplio y no sólo en función de sus relaciones internas. Metodológicamente, esto implica complementar la información de campo con información referida a otros ordenes sociales (por ejemplo, a la estructura y la política educativa del país), y por otra parte, buscar interpretaciones y explicaciones a partir de elementos externos a las situaciones particulares que se observan.

A valorização do contexto nas práticas sociais e eventos de letramento também é vista nas contribuições de Freire (2011, p. 43) quando se refere à leitura e à escrita. Para esse autor, o contexto é determinante para a compreensão das práticas de escrita e leitura. Para tanto, ele defende a alfabetização como um ato de conhecimento, um ato de criação e um ato político que demanda esforço de leitura do mundo e da palavra, afirmando que “[...] agora já não é possível texto sem contexto”

Na opinião dos alunos, o livro didático pode aproximá-los ou distanciá-los de sua cultura:

Os livros de Português tem imagens dos séculos passados que mostram a vida antigamente, as navegações de antigamente e fica fácil reconhecer o passado passando por nós e nos espelhamos do passado para frente. (Aluno 1–2ª série)

Nos ajuda a saber mais da cultura, do nosso povo, do Zumbi dos Palmares, e fala sobre a história dos quilombos. (Aluno 1 – 7º Ano)

Um pouco distante, não muito, da nossa realidade. É “paia” tem coisas que acontecem com indígenas, então fico pensando sobre ser indígena e acaba esquecendo que já viu um texto sobre os indígenas. (Aluno 1 – 6º Ano)

Esse movimento de aproximação e distanciamento da cultura local pode e deve ser mediado pelo professor por meio de uma abordagem que adapte as propostas ao contexto em questão. Contudo, essa é uma prática pedagógica que demanda a autonomia do professor em relação ao material utilizado em suas aulas de língua portuguesa.

A atuação do professor no contexto escolar pode apresentar alguns desafios: a valorização de novos conhecimentos em detrimento das experiências e ciências indígenas; a oralidade pode perder seu espaço e sua importância em virtude da priorização da escrita etc. Essas tensões devem estimular o professor a ver a escola indígena como um espaço possível de interculturalidade. Para isso, sua comunidade educativa de origem deve ser considerada, contribuindo com a busca de novas respostas e soluções para os novos desafios impostos a ela.

Os desafios impostos aos povos indígenas na atualidade exigem uma postura e um trabalho adequado e responsável dos professores indígenas. Além disso, o processo de ensino-aprendizagem deve ser desenvolvido através da pesquisa, da produção de conhecimentos e da reflexão crítica por parte de todos daqueles que dela participam.

Considerando toda essa reflexão, anteriormente apresentada, da escola como espaço de defesa da cultura e articulação com demais conhecimentos, trataremos a seguir das práticas pedagógicas observadas na Escola Indígena Índios Tapeba. Inicialmente, transcrevemos a opinião dos alunos sobre a relevância das aulas de língua portuguesa ministradas na escola:

Se não souber escrever muitas pessoas não vão saber entender o que a gente escreveu pelo fato de ter muita gente mais velha não saberia escrever. Antes não tinha escola e antes os antepassados não podiam falar que eram indígena. (Aluno 1 – 6º Ano)

As aulas de português ajudam a compreender mais a cultura mais geral. (Aluno 2 – 6º Ano)

A ler, ajuda no nosso aprendizado, aulas de matemática que nos ajudam na nossa cultura. O português mostra nossa própria cultura, nossos ancestrais falam um pouco, nos ajuda a entender a sociedade, e isso tudo é mais por conta do professor. (Aluno 1 – 8º Ano)

O livro é mais voltado para a tecnologia, estudando uma coisa a mais por fora. (Aluno 2 – 8º Ano)

A língua portuguesa serve para gente ter mais entendimento como se comunicar com outra pessoa. (Aluno 1 – 1ª série)

Como vimos, o componente língua portuguesa representa para os alunos um espaço de inserção na cultura mais geral e a ampliação de seu poder de comunicação, ou seja, uma forma de interagir com mais eficácia através da cultura escrita. Nesse sentido, o instrumento mais potente para esses momentos, em sala de aula, ainda é o livro didático, por ser um produto, bem como uma imposição de um programa muito sólido do Governo Federal, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Através dele, a escola forma seu acervo e o livro passa a ser uma tecnologia mais acessível aos professores.

Por serem produzidos para uma realidade homogênea, os professores realizam pequenas adaptações nas atividades para se aproximarem mais da realidade vivenciada pelos alunos. Para tanto, é possível associar a disciplina com textos antigos (lendas e canções) e aproveitar para produzir e interpretar textos conforme o que se pede no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

Porém, os professores dessa instituição escolar entendem a importância de adaptação desse material a questões como, por exemplo, às práticas de oralidade nas aulas de língua portuguesa. A escola indígena é diferenciada, por isso, se faz necessário que as práticas pedagógicas contemplem a especificidade do seu povo para repassar os conhecimentos e os valores adquiridos para os alunos. Nesse sentido, a oralidade é um instrumento poderoso para esse ofício. A seguir apresentaremos um escrito de uma professora acerca do espaço que a oralidade tem nas suas aulas de língua portuguesa:

Espaço diário, pois trabalhar a oralidade com os alunos é de suma importância para o conhecimento e aprendizagem do mesmo. Pois através da mesma, trabalhamos a desenvoltura e a manutenção da cultura indígena, que deve ser repassada de geração em geração através das histórias.

(Profª, Língua Portuguesa, Ens. Fundamental -Anos Finais)

Na exposição das atividades do livro didático em todos os níveis, observamos que o espaço destinado à oralidade é bastante reduzido. Desse modo, de fato, o professor em uma escola diferenciada como esta deve dar espaço a essa modalidade (oral), embora saibamos que a estrutura da educação escolar convencional tem a escrita como sua prioridade, até

porque esta é a habilidade solicitada nas avaliações externas. Porém, com toda essa estrutura escolar apresentada, se faz necessário rever como conciliar a oralidade e escrita nas práticas pedagógicas e nas aulas de língua portuguesa, prática reforçada a partir da resposta de outro professor: “A oralidade é fundamental nas aulas de língua portuguesa, que é calcada em debates e convivência na comunidade.”

A discussão teórica sobre Educação Escolar Indígena e a “recente inserção das escolas indígenas nos sistemas educacionais”(RCNEI,1998, pág. 14) exigem políticas públicas em consonância com os anseios, com a grande diversidade cultural e étnica dos povos originários no Brasil e suas necessidades. Para que haja de fato uma implementação de propostas curriculares politicamente e culturalmente relevantes, é necessário a participação dos professores indígenas com seu olhar crítico e analítico sobre as práticas curriculares desenvolvidas em suas escolas e, quiçá, a elaboração de um livro didático mais apropriado.

No intuito de garantir o exercício pleno da cidadania e da interculturalidade, respeitando as particularidades linguístico-culturais, se faz necessário, juntos aos alunos indígenas, uma contínua (re)avaliação da atuação pedagógica e dos materiais utilizados nas aulas. Sobre a interculturalidade, Mendes (2018, p. 83) afirma que a “interculturalidade pode ser compreendida como interação e respeito às culturas diferentes, com a possibilidade de ser integrada e administrada no processo educativo de cada povo indígena”.

Questões políticas, sociais, econômicas e étnicas, geralmente, não são matérias que se evidenciam na escola, menos ainda nos livros didáticos. Porém, o letramento escrito, conforme vimos nos livros analisados, é evidenciado no sentido “letrar” os alunos para a inserção das comunidades indígenas no cenário globalizante, sobretudo, em uma sociedade grafocêntrica. Nessa perspectiva em que se estabelece a discussão sobre os letramentos e os livros didáticos, especialmente em escolas diferenciadas, entendemos que a proposta de produção de materiais apropriados, específicos para a comunidade, seja a solução para o impasse.

Ainda que com vistas para o letramento autônomo (Street, 2014), esse material, pensado pela comunidade escolar, atenderia de modo mais adequado às necessidades de representação de povos e etnias, como sugere o professor:

Todos os trabalhos que a gente nunca começou na vida, a gente tem um pouco de dificuldade. A gente convive com os pais da gente, com os mais velhos em casa e aprende as coisas, mas a gente nunca deu aula a companheiros da gente. Hoje, eu percebo que a aula que eu quero, e que nós queremos, é buscar todo o conhecimento de nosso povo. A gente tentar fazer o nosso material didático e ali fazer o nosso programa. A dificuldade é como fazer esses programas. Porque esses livros das escolas, a gente vê que não são muito bons para a gente. A gente vê que não está ligado. Eu quero fugir desse rumo, desse caminho, para tentar buscar o que é nosso, para a gente ali fazer o nosso trabalho, a nossa educação indígena. Mas tudo tem que ter o início, tem que ter a base, para poder ir aprendendo. (Prof. , Língua Portuguesa – Ensino Médio)

Com a produção de material específico, movimenta-se a ideia de autonomia do professor sobre as escolhas de sua prática pedagógica. Nesse caso, entendemos que essa é uma forma de fortalecer a cultura indígena como um ponto fundamental. É notório que os materiais que chegam às escolas indígenas, para a utilização em sala de aula, retratam, em sua maioria, uma visão colonizadora que contribuem para o branqueamento do conhecimento ancestral dos povos originários e cada vez mais distanciam a juventude indígena de sua cultura, promovendo ainda mais a extinção da língua materna desse povo.

Para Nérici (1971), é função do material didático aproximar o aluno da realidade do que se quer ensinar (dando-lhe a noção mais exata dos fatos ou fenômenos estudados); Motivar a aula; Facilitar a percepção e compreensão dos fatos e conceitos, assim como concretizar e ilustrar o que está sendo exposto verbalmente. Não obstante, também é ofício desse recurso didático economizar os esforços para levar os alunos a compreensão de fatos e conceitos; Auxiliar a fixação da aprendizagem pela impressão mais viva e sugestiva que o material pode provocar; Dar oportunidade de manifestação de aptidões, além do desenvolvimento de habilidades específicas por parte dos alunos. Para além dessas propostas, o material didático deve atender às expectativas dos alunos, sendo necessário, para isso, conhecê-los.

No mais, nossas considerações sobre o objetivo geral da pesquisa, ao analisar o material pedagógico (livros didáticos) de ensino de língua portuguesa da Escola Indígena Índios Tapeba, em relação aos letramentos sociais da comunidade em questão, apontam que o livro didático, embora traga o tema sobre a etnia indígena em algumas seções, ainda está

longe de ser o material adequado para esta comunidade. Questões sobre as línguas de povos originários, os eventos de letramento da comunidade, as variantes utilizadas, tal como evienciamos nas análises, não são trazidas de forma apropriada. Aliás, essa é uma questão que não deveria estar somente no contexto das escolas indígenas, mas em todo o ensino de língua portuguesa no Brasil.

Afirmamos, portanto, que é através da atuação crítica do professor no contexto escolar, conciliando novos conhecimentos apresentados nos livros didáticos com as experiências e ciências indígenas, bem como promovendo um espaço mais adequado para a oralidade, que a escola indígena se torna um ambiente plausível de interculturalidade e apropriado para a aprendizagem dos letramentos sociais. Toda essa aprendizagem deve levar em conta a comunidade de origem como uma fonte para buscar novas respostas e soluções aos desafios que ela enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações sobre o objetivo geral da pesquisa, ao analisar o material pedagógico (livros didáticos) de ensino de língua portuguesa da Escola Indígena Índios Tapeba, em relação aos letramentos sociais da comunidade em questão, apontam que o livro didático, embora traga o tema sobre a etnia indígena em algumas seções, ainda está longe de ser o material adequado para esta comunidade. Questões sobre as línguas de povos originários, os eventos de letramento da comunidade, as variantes utilizadas, tal como evienciamos nas análises, não são trazidas de forma apropriada. Aliás, essa é uma questão que não deveria estar somente no contexto das escolas indígenas, mas em todo o ensino de língua portuguesa no Brasil.

Afirmamos, portanto, que é através da atuação crítica do professor no contexto escolar, conciliando novos conhecimentos apresentados nos livros didáticos com as experiências e ciências indígenas, bem como promovendo um espaço mais adequado para a oralidade, que a escola indígena se torna um ambiente plausível de interculturalidade e apropriado para a aprendizagem dos letramentos sociais. Toda essa aprendizagem deve levar em conta a comunidade de origem como uma fonte para buscar novas respostas e soluções

aos desafios que ela enfrenta. Ressaltamos que, a pesquisa aqui realizada trata-se apenas de mais uma contribuição para essa questão tão ampla que envolve a educação escolar indígena.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, M. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. SEF/MEC. Brasília, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GRUPIONI, L. D. B. **Livros didáticos e fontes de informação sobre as sociedades indígenas no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete. 2012.

KOCH, I. G. V. **A interação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. Cortez Editora, 2018.

ROJO, R. **Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R; ALMEIDA, E. M. (Orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SOARES, M. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 18.ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

SOARES, M. **Português na escola: história de uma disciplina curricular**. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

STREET, B. **Políticas e práticas de letramento na Inglaterra: Uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil***. cad. Cedes, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan.-abr. 2013 51 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br/>>

STREET, B. **Letramentos Sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. 1ed.. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. 168p.